



Operações de Arrendamento Mercantil – CPC 06(R2)/IFRS16

Prof. Dr. Fernando Caio Galdi
fernando.galdi@fucape.br



MELHOR DO BRASIL - ECONOMIA
ENTRE AS 10 MELHORES DO PAÍS
NOTA MÁXIMA NO MEC

Fernando Caio Galdi

- Possui pós-doutorado em Contabilidade pela Universidade do Arkansas e é Doutor e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo.
- É professor titular da FUCAPE Business School, sócio-fundador da AlphaMar Investimentos e comentarista da Rádio CBN-Vitória.
- Foi Membro do Comitê de Auditoria do BANESTES (BEES3) e é membro do Conselho Superior da Câmara Cindes/Findes de Conciliação, Mediação e Arbitragem.
- Editor Adjunto da Brazilian Business Review.
- Foi professor visitante no Sam M. Walton College of Business, University of Arkansas.
- Kursou empreendedorismo na Universidade de Berkeley (E.U.A) e Finanças e Contabilidade Internacional na InHolland-University (Holanda) e é formado no curso de Operador de Mercado Financeiro pela FIA.
- Possui suas pesquisas publicadas em renomados periódicos internacionais e nacionais.
- É autor/coautor dos seguintes livros: Contabilidade de Instrumentos Financeiros IFRS9/CPC48 (2018, ed. Atlas), Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos (2011, ed. Atlas), Contabilidade NBC CPC IFRS (2014, ed. Artmed), Manual de Normas Internacionais de Contabilidade (2009, ed. Atlas), Curso de Mercado Financeiro (2012, ed. Atlas) e Estudando Teoria da Contabilidade (2009, ed. Atlas).
- Atua como Parecerista, Consultor e Instrutor de cursos in-company para diversas empresas brasileiras e estrangeiras.
- Atuou como analista de Relações com Investidores e na área de gerenciamento de riscos e compliance de instituição financeira.

LEASE AGREEMENT

STATE OF _____ COUNTY OF _____ (Seller)

1. **PARTIES:** _____ agrees to sell and convey to _____ (Purchaser), and Purchaser agrees

2. **PROPERTY:** (a) Land: Address: _____
[insert full address] or more specifically described as: _____

_____ all other fixtures and improvements
_____ following permanently installed and
_____ awnings, wall-to-wall carpeting,
_____ m and equipment, heating and
_____ g fixtures, chandeliers, water
_____ bery, landscaping, outdoor
_____ scribed real property. (c)
_____ units, stove, fireplace
_____ h system, controls for
_____ ing pool equipment
_____ improvements and

Evolução



IFRS 16 – Três motivos

- Leasing operacional e transparência:
 - Analistas já ajustavam;
 - Dificuldade em estimar o valor presente dos pagamentos.
- Dois modelos:
 - Comparabilidade e desenho de contratos.
- Arrendadoras:
 - dificuldade em avaliar a exposição ao risco de crédito.

IFRS 16 – Decisões do Board

- Alterar a contabilização para arrendatárias;
- Ampliar a evidenciação sobre a exposição ao risco de crédito para arrendadoras.

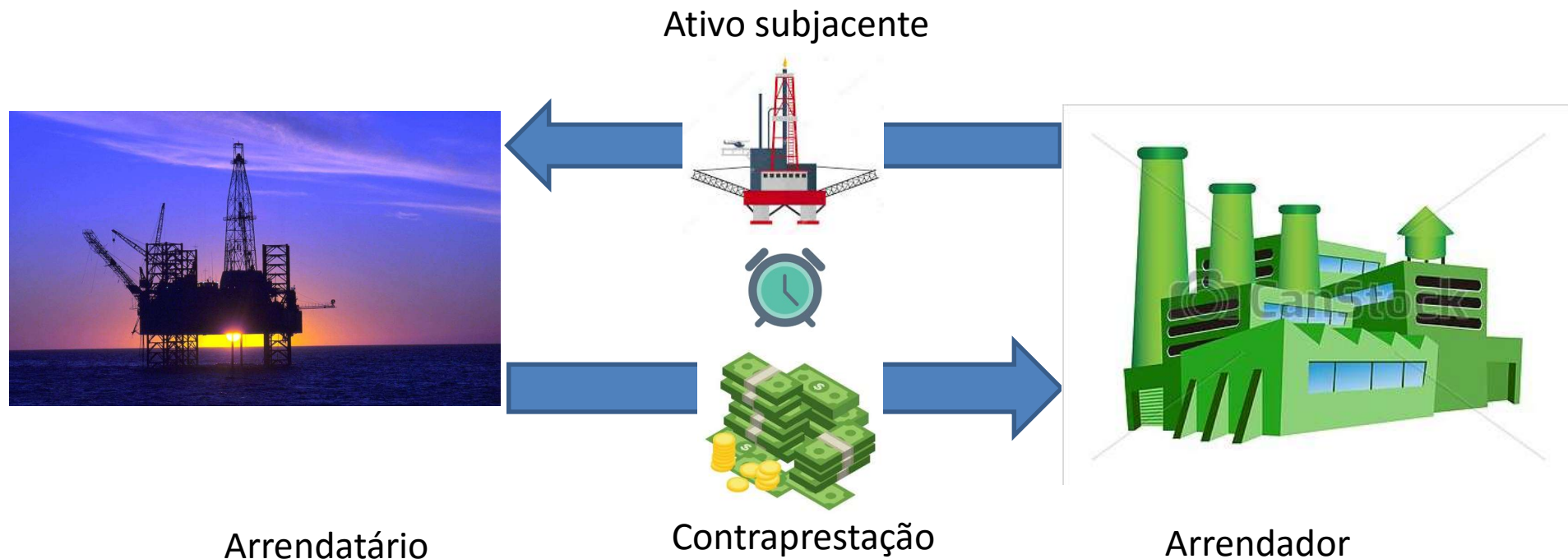
Agenda

- Definição de arrendamento mercantil;
- Modelo único de reconhecimento para arrendatárias;
- Mensuração do direito de uso do ativo e do respectivo passivo;
- Evidenciação.

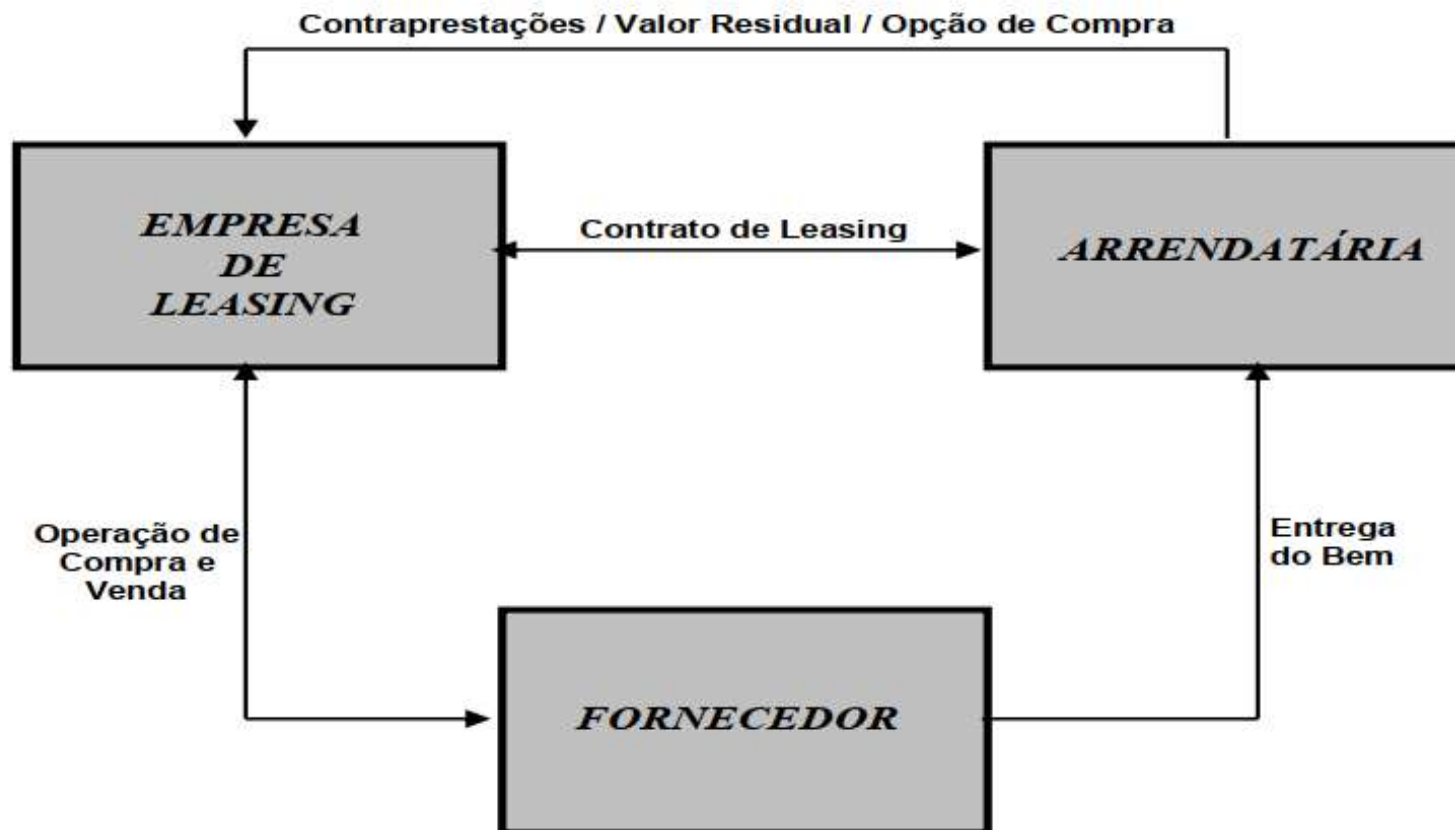
Arrendador fabricante ou revendedor

Arrendador é a entidade que fornece o direito de usar o ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação.

Arrendatário é a entidade que obtém o direito de usar o ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação.









Arrendador Intermediário

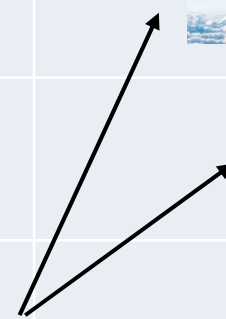


Comparação

IAS 17/CPC 06 (R1)				
	Arrendatária		Arrendadora	
	Leasing Financeiro	Leasing Operacional	Leasing Financeiro	Leasing Operacional
Ativo	Ativo de Arrendamento	--o--	Recebível	Ativo
Passivo	Passivo de Arrendamento	--o--	--o--	--o--
DRE	Despesa Financeira Despesa de Depreciação	Despesa de Aluguel	Receita Financeira ou Ganho pela venda	Receita de Aluguel Despesa de Depreciação
IFRS 16/CPC 06 (R2)				
	Arrendatária		Arrendadora	
	Leasing		Leasing Financeiro	Leasing Operacional
Ativo	Ativo de Direito de Uso		Recebível	Ativo
Passivo	Passivo de Arrendamento		--o--	--o--
DRE	Despesa Financeira Despesa de Depreciação/Amortização		Receita Financeira ou Ganho pela venda	Receita de Aluguel Despesa de Depreciação

Novo Modelo – IFRS 16

Comparação entre os Modelos	Norma Antiga		Nova Norma (IFRS 16)
	Leasing Financeiro	Leasing Operacional	Todas as operações de Leasing
Ativos		----	
Passivos		----	
Direitos/obrigações fora do Balanço	----	 	----



Definição

- Identificação de arrendamento: na celebração do contrato.
- Item 9. (...) O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele **transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação** (...).

IFRS 16 – Definição

- Portanto, em um contrato, há um arrendamento quando o cliente (par. B9) :
 - possui o direito de obter ***substancialmente todos os benefícios econômicos*** oriundos do uso do ***ativo identificado***;
 - possui o ***direito de direcionar o uso do ativo*** identificado.

IFRS 16 – Definição

- Ativo Identificado:
 - Identificação expressa no contrato ou implicitamente especificado;
 - Deve ser avaliado **se o fornecedor tem direito substantivo de substituição**
 - (a) o **fornecedor tiver a capacidade prática de substituir ativos alternativos durante todo o período de uso** (por exemplo, o cliente não consegue impedir o fornecedor de substituir o ativo e os ativos alternativos estiverem imediatamente disponíveis ao fornecedor ou puderem ser fornecidos por este dentro de um período de tempo razoável); e
 - (b) **o fornecedor se beneficiaria economicamente do exercício de seu direito de substituir o ativo** (ou seja, espera-se que os benefícios econômicos associados à substituição do ativo superem os custos associados à sua substituição).

IFRS 16 – Definição

- Partes de Ativos:
 - Avaliação de parte da capacidade do ativo;
 - **É fisicamente distinto:** é ativo identificado;
 - **Não é fisicamente distinto:** não é identificado, a não ser se representar, substancialmente, a capacidade total do ativo.

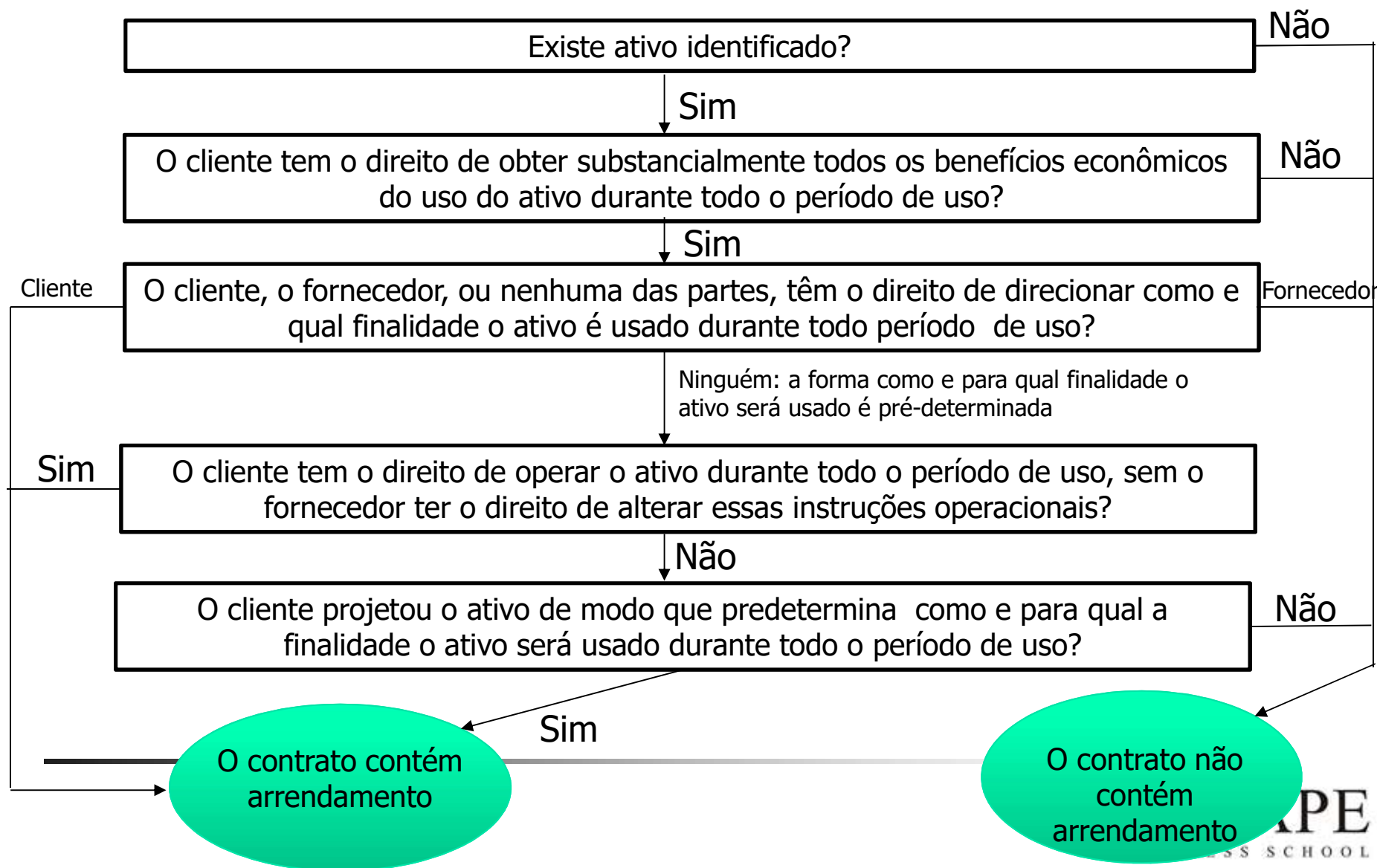
IFRS 16 – Definição

- Direito de obter benefícios econômicos do uso:
 - Inclui a avaliação dos *outputs* do ativo e contempla tanto benefícios diretos quanto indiretos.
 - Deve ser considerado o benefício econômico que resulta do ativo dentro do alcance definido do direito do consumidor de usar o ativo.
 - Mesmo se o contrato exigir que o consumidor pague ao fornecedor parte do fluxo de caixa gerado pelo ativo, tal contraprestação deve ser considerada como sendo parte dos benefícios que o cliente obtém com o uso do ativo.

IFRS 16 – Definição

- Direito de direcionar o uso (somente se):
 - (a) **o cliente tiver o direito de direcionar como e para que finalidade** o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso (conforme descrito nos itens B25 a B30); **ou**
 - (b) as decisões relevantes sobre como e para que finalidade o ativo é usado são **predeterminadas e**:
 - (i) **o cliente tem o direito de operar o ativo** (ou de orientar outros para operar o ativo da forma como determina) durante todo o período de uso, **sem o fornecedor ter o direito de alterar essas instruções operacionais**; ou
 - (ii) **o cliente projetou o ativo** (ou aspectos específicos do ativo) de modo que predetermina como e para qual finalidade o ativo deve ser usado durante todo o período de uso.

Arrendamento mercantil – identificação do contrato



Usina de energia

- O Cliente celebra um contrato com o Fornecedor para comprar toda a energia produzida por uma usina especificada pelo prazo de dez anos.
- O contrato afirma que o Cliente tem direitos sobre toda a energia produzida pela planta (ou seja, o Fornecedor não pode usar planta para cumprir outros contratos).
- O Cliente emite instruções ao Fornecedor sobre a quantidade e o prazo da entrega de energia.
- O contrato rege que se a usina não estiver operacional para o Cliente, ela não estará funcionando.
- O Fornecedor opera e mantém a usina diariamente, de acordo com as normas aprovadas para o setor.

Espaço em Aeroporto

- Uma cafeteria firma um contrato com uma operadora de aeroportos para instalar uma máquina de café no aeroporto durante três anos.
- O contrato estabelece o valor e a localização do espaço. A localização pode ser qualquer uma dentre as várias áreas de embarque do aeroporto.
- A operadora do aeroporto pode mudar a localização a qualquer momento. Os custos associados à troca da localização da máquina são mínimos.

Serviços de rede (servidores)

- O cliente contrata serviços de rede durante dois anos. O fornecedor presta tais serviços, que seguem determinado nível de qualidade.
- O fornecedor instala e configura os servidores nas instalações do cliente. O fornecedor determina a velocidade do transporte de dados e pode substituir os servidores para prestar os serviços de rede de forma contínua.
- O cliente não opera os servidores ou toma quaisquer decisões relevantes sobre seu uso.

Transporte de Cargas - Caminhões

- O contrato entre o Cliente e o Fornecedor exige que o Fornecedor transporte uma quantidade especificada de mercadorias, usando um tipo especificado de caminhão (câmara refrigerada), de acordo com cronograma estabelecido por um período de cinco anos.
- O fornecedor providencia os caminhões e os motoristas como parte do contrato. O contrato determina a natureza e quantidade das mercadorias a serem transportadas.
- O fornecedor possui um grande conjunto de caminhões semelhantes que podem ser usados para cumprir os requisitos do contrato. Da mesma forma, o Fornecedor pode optar por usar qualquer um dos vários caminhões para atender a cada uma das solicitações do Cliente e um caminhão pode ser usado para transportar também as mercadorias de outros clientes.
- Os caminhões são armazenados nas instalações do fornecedor quando não estão sendo usados para transportar mercadorias.

Transporte de Cargas - Navios

- O Cliente celebra um contrato com um Fornecedor para o transporte de carga de Santos para Roterdã em um navio especificado.
- O navio é explicitamente especificado no contrato e o Fornecedor não possui direitos de substituição.
- O carga ocupará substancialmente toda a capacidade do navio. O contrato especifica a carga a ser transportada no navio e as datas de retirada e entrega, não podendo haver alterações.
- O Fornecedor opera e mantém o navio e é responsável pela passagem segura do carga a bordo do navio. É proibido ao cliente contratar outro operador para o navio ou operar o próprio navio durante a vigência do contrato.

IFRS 16 – Single Model

- Reconhecimento de um direito de uso de ativo e de um passivo de arrendamento;
- A entidade pode escolher não aplicar os critérios de reconhecimento para:
 - Arrendamentos de curto prazo (<12meses / para cada classe);
 - Arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (análise para cada contrato).

Mensuração

Ativo de Direito de Uso

Passivo de Arrendamento (estimativas)	Pagamentos antecipados	Custos Diretos Iniciais	Custos de Desmontagem e Remoção (estimativas)
---------------------------------------	------------------------	-------------------------	---

Passivo de Arrendamento

Pagamentos Projetados descontados
(pgtos. fixos e variáveis indexados, VRG, preço de exercício)

Provisão para Desmontagem e Remoção

IFRS 16 – Mensuração

- Passivo de Arrendamento:
 - (a) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
 - (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
 - (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com o valor residual garantido;
 - (d) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
 - (e) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
-

IFRS 16 – Taxa de Desconto

- Passivo de Arrendamento:
 - Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data.
 - Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

IFRS 16 – Mensuração

- Ativo de Direito de Uso:
 - (a) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
 - (b) quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
 - (c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e
 - (d) a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico.

IFRS 16 – Mensuração Subsequente

- Ativo:
 - modelo de custo;
 - exceção para propriedades para investimento mensuradas a valor justo.

IFRS 16 – Mensuração Subsequente

- Passivo:
 - (a) aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento;
 - (b) reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos do arrendamento efetuados; e
 - (c) remensurando o valor contábil para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento, ou para refletir pagamentos fixos na essência revisados.

Exemplo 1

A empresa AVOADA S.A. fez um contrato de arrendamento de uma máquina em 31/12/X0, com as seguintes características:

- **Valor da contraprestação anual, com vcto. em 31/12/XX = R\$ 10.000**
- **Prazo de arrendamento = 5 anos**
- **Vida útil: 6 anos**
- **Opção de compra ao final do contrato, com razoável certeza que será exercida no valor de \$5.000**
- **Valor residual do ativo = R\$ 5.000**
- **Valor justo da máquina = R\$ 41.012,47**

1º) Cálculo da taxa de juros implícita

$PV = -41.012,47$; $PMT = 10.000$; $n = 5$; $FV = 5.000$

2º) Encargos financeiros: $55.000 - 41.012,47 = 13.987,53$

3º) Lançamento contábil:

D – Direito de uso (Ativo)	41.012,47
D – Encargos financeiros a transcorrer (Passivo)	13.987,53
C – Passivo de Arrendamento (Passivo)	55.000,00

Exemplo - continuação

4º) Calculando a depreciação: $(41.012,47 - 5.000) / 6 = 6.002,08$.

- D – Despesa de depreciação 6.002,08
- C – Depreciação/Amortização Acumulada

5º) Pagamento do arrendamento

- D – Financiamento por arrendamento 10.000
- C – Caixa

6º) Apropriando o encargo financeiro a transcorrer

- D – Despesa Financeira 4.101,25 (10% de Tx. de Juros Implícita)
- C – Encargos Financeiros a Transcorrer

Exemplo - continuação

Ano	Pagamento Anual	Despesa de Juros	Redução da dívida	Saldo da dívida
0	-	-	-	41.012,47
1	10.000	4.101,25	5.898,75	35.113,72
2	10.000	3.511,37	6.488,63	28.625,09
3	10.000	2.862,51	7.137,49	21.487,60
4	10.000	2.148,76	7.851,24	13.636,36
5	15.000	1.363,64	13.636,36	0,00
Total	55.000,00	13.987,53	41.012,47	

- Redução da dívida = pagamento anual – despesa de juros
- Despesa de juros = saldo da dívida do ano anterior * 10%

Exemplo - continuação

	X0	X1	X2	X3	X4	X5	X6
Caixa		- 10,000	- 10,000	- 10,000	- 10,000	- 15,000	
Ativo de direito de uso Bruto	41,012	41,012	41,012	41,012	41,012	41,012	41,012
(-) Deprec. Acum.		6,002	12,004	18,006	24,008	30,010	36,012
Ativo de direito de uso Líquido		35,010	29,008	23,006	17,004	11,002	5,000
Financiamento por arrend.	55,000	45,000	35,000	25,000	15,000	-	-
Encargos financeiros a apropriar	13,988	9,886	6,375	3,512	1,364	-	-
Passivo de Arrendamento	41,012	35,114	28,625	21,488	13,636	-	-
DRE							
Depreciação	-	6,002	6,002	6,002	6,002	6,002	6,002
Despesa Financeira	-	4,101	3,511	2,863	2,149	1,364	-
TOTAL DE DESPESA		10,103	9,513	8,865	8,151	7,366	6,002

Exemplo 2

Prazo: 4 anos, extensíveis para 2 adicionais

Contraprestações \$6.000 nos 4 anos iniciais e \$4.000 nos 2 últimos

Custos diretos iniciais do arrendador de \$250

Custos com advogados do arrendatário de \$500

Gastos estimados com desmontagem de \$300

Valor Justo da ativo: \$25.000

Duração da máquina: 8 anos

Valor Residual = \$1.000

Tx. Impl.		8.16%					
	0	1	2	3	4	5	6
	-25,000	6,000	6,000	6,000	6,000	4,000	4,000
VP	25,000	5,547	5,128	4,741	4,383	2,702	2,498

Exemplo

Exemplo – Passivo de Arrendamento e ADU

Passivo de Arrendamento	1	2	3	4	5	6
SI	25,000	21,041	16,759	12,127	7,117	3,698
Desp. Fin.	2,041	1,718	1,368	990	581	302
Pagamentos	6,000	6,000	6,000	6,000	4,000	4,000
SF	21,041	16,759	12,127	7,117	3,698	0
ADU	1	2	3	4	5	6
SI	25,687	21,406	17,125	12,844	8,562	4,281
Despesa Deprec.	4,281	4,281	4,281	4,281	4,281	4,281
SF	21,406	17,125	12,844	8,562	4,281	-
Total no Resultado	6,322	5,999	5,649	5,271	4,862	4,583
Soma	32,687					
Pgtos	32,000					
(+) gastos c/advog	500					
(+) VP custo desmontagem	187					

Regra de Transição

Regra de Transição – Expediente Prático C3

Com o expediente prático C3, **a entidade não é obrigada a reavaliar se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial.** Em vez disso, a entidade pode:

- (a) **aplicar o CPC 06(R2)/IFRS16 a contratos que foram anteriormente identificados** como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).
- (b) **não aplicar o CPC 06(R2)/IFRS16 a contratos que não foram anteriormente identificados** como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4)

Adoção Inicial

Adoção Inicial – Arrendatário

- **Deve escolher:**
 - **C5a** - Republicar as DFs anteriores com base nos conceitos do IFRS16/CPC06 (R2);
 - **C5b** - Calcular o efeito retrospectivo da aplicação do IFRS16/CPC06 (R2) e reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta norma como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido) na data da aplicação inicial.
- **Arrendamento anteriormente classificado como arrendamento financeiro**
 - Na data de adoção inicial (para quem usa C5b):**
 - **Ativo de direito de uso (IFRS 16) = Ativo de Arrendamento (IAS 17)**
 - **Passivo de Arrendamento (IFRS 16) = Passivo de Arrendamento (IAS 17)**
- **Arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional**
 - **Reconhece o Passivo de Arrendamento e o Ativo de Direito de Uso**

Adoção Inicial

Adoção Inicial – Arrendatário

- **O arrendatário deve mensurar esse passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, na data da aplicação inicial;**
- **O arrendatário deve escolher**, na base de arrendamento por arrendamento, **mensurar esse ativo de direito de uso:**
 - (i) **ao seu valor contábil como se a norma tivesse sido aplicada desde a data de início**, mas descontado, utilizando a **taxa incremental sobre empréstimo** do arrendatário na data da aplicação inicial; ou
 - (ii) **ao valor equivalente ao passivo de arrendamento**, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial;

IFRS 16 – Apresentação

- Direito de uso e passivo de arrendamento separados (BP e notas);
 - DRE: despesa de depreciação separada da despesas de juros;
 - DFC:
 - Principal: atividade de financiamento;
 - Juros: pode ser operacional ou financiamento;
 - *Short-term & low value*: atividade operacional.
-

IFRS 16 – Adoção Inicial



Em 1º de janeiro de 2019, a companhia reconheceu o valor de R\$ 103 bilhões nos saldos de ativo imobilizado e no passivo de arrendamento em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o seu patrimônio líquido.

Tendo em vista que suas operações de E&P são predominantemente realizadas em águas profundas e ultra profundas a Petrobras possui um número maior de plataformas e embarcações arrendadas do que outras companhias de petróleo o que ajuda a entender porque a dívida da Companhia foi mais impactada pela IFRS 16 do que seus *peers*.

A seguir, apresentamos os principais ativos de direito de uso no imobilizado e a reconciliação para os requerimentos do IFRS 16:

Ativos de direito de uso (R\$ milhões)

Unidades de produção de petróleo e gás natural	50.083
Embarcações	46.481
Terrenos e edificações	3.917
Outros	2.489
Total	102.970

Cerca de 90% dos contratos estão concentrados no segmento de Exploração e Produção.

Compromisso de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018	369.574
Compromissos relacionados a arrendamentos ainda não iniciados	(213.058)
Efeito do desconto	(38.669)
Arrendamento de curto prazo e outros	(14.877)
Adoção inicial	102.970
Leasing financeiro (IAS 17 / CPC 06) incluído no balanço de 31 de dezembro de 2018	715
Passivo de arrendamento em 1 de Janeiro de 2019	103.685

IFRS 16 – Adoção Inicial



Considerando que a companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa (obtidas pelos *yields* dos Bonds emitidos pela companhia), ajustadas por prazo, moeda, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

A taxa média de juros incremental dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 6,06%.

IFRS 16 – Adoção Inicial



R\$ milhões	Divulgado em 31.03.2019	Efeitos da adoção do IFRS 16	Saldo sem os efeitos do IFRS 16 em 31.03.2019
Balanco Patrimonial			
Ativo	949.087	102.267	846.820
Passivo	949.087	102.267	846.820
Demonstração do Resultado			
Lucro bruto	26.424	111	26.313
Despesas operacionais	(12.405)	65	(12.470)
Lucro (prejuízo) operacional	14.019	176	13.843
Resultado financeiro líquido	(8.147)	(1.264)	(6.883)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	6.368	(1.088)	7.456
Imposto de renda e contribuição social	(2.128)	370	(2.498)
Lucro líquido (prejuízo)	4.240	(718)	4.958
Acionistas não controladores	(209)	-	(209)
Lucro líquido (prejuízo) acionistas da Petrobras	4.031	(718)	4.749
Demonstração do Fluxo de Caixa			
Atividade operacional	17.751	2.418	15.333
Atividades de investimentos	(4.561)	895	(5.456)
Atividades de financiamentos	(30.206)	(3.313)	(26.893)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	36.476	-	36.476
Dívida líquida	372.232	105.264	266.968
EBITDA ajustado	27.487	3.727	23.760
LTM EBITDA ajustado	116.570	3.727	112.843
Dívida líquida/ LTM EBITDA ajustado	3,19	0,82	2,37

A adoção do IFRS 16 não altera a estratégia de desalavancagem da Petrobras, mantendo a meta de reduzir o índice dívida líquida/ EBITDA ajustado para 1,5 x em 2020.

FUCAPE
BUSINESS SCHOOL



Operações de Arrendamento Mercantil – CPC 06(R2)/IFRS16

Prof. Dr. Fernando Caio Galdi
fernando.galdi@fucape.br



MELHOR DO BRASIL · ECONOMIA
ENTRE AS 10 MELHORES DO PAÍS
NOTA MÁXIMA NO MEC